

DOIS ANOS

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO,

Ministro do Planejamento e Coordenação Geral

Dois anos de Governo Médici mudaram o País, material e espiritualmente. A Revolução consolidou-se, na linha de permanência e renovação.

Pelo quarto ano consecutivo, o Brasil deverá, em 1971, alcançar taxa de crescimento do PIB igual ou superior a 9%. Como ainda recentemente assinalava relatório de importante instituição internacional, a economia brasileira, uma das mais bem dotadas do mundo, está demonstrando ser capaz de realizar o seu potencial, mantendo, de forma continuada, altíssimas taxas de crescimento.

Quatro aspectos principais podem ser destacados, na avaliação do desenvolvimento recente.

Primeiro, consolidou-se o modelo econômico da Revolução, que não procurou a originalidade das experiências centralizadoras, mas soube revelar consistência, eficácia e imaginação, na adaptação, ao estilo e aspirações da sociedade brasileira, do regime de mercado desenvolvido nas economias ocidentais hoje industrializadas.

Aquela consolidação se verificou, notadamente, pela criação de instrumentos financeiros e fiscais para garantir poder de competição à empresa nacional, privada e pública, seja assegurando a exequibilidade da *grande empresa* e do *grande empreendimento nacional*, seja criando condições para a modernização da empresa, pequena ou grande, quanto à tecnologia, à estrutura financeira e aos métodos de "management".

Verificou-se, ainda:

1) Pelo estabelecimento de uma Política Tecnológica Nacional, para desenvolver áreas tecnológicas prioritárias (incorporação de novas tecnologias, como a de energia nuclear e a pesquisa espacial; desenvolvimento de indústrias intensivas de tecnologia, como as Indústrias Químicas, Eletrônicas, Siderurgia; consolidação da tecnologia de infra-estrutura, no tocante à Energia Elétrica, Petróleo, Transportes, Comunicações) para permitir, na indústria, a criação de modelos e processos nacionais, progressivamente; e para sustentar o crescimento da agricultura e dos setores sociais.

2) Pelo dinamismo alcançado pelo mercado de capitais e pelo sistema financeiro.

3) Pela complementação e consolidação do sistema de programação instituído pela Revolução, através do Orçamento Plurianual (OPI) para o período 1972/1974 e do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O OPI veio completar o ciclo de estabelecimento da verdade orçamentária, iniciado em 1964.

Segundo, o Brasil alcançou dimensão representada de um lado, pelos grandes programas de investimentos em execução, na infraestrutura econômica e nas indústrias básicas, cada um deles de valor total superior ao equivalente a um bilhão de dólares, em cinco anos (o que é muito dinheiro, em qualquer país): Programa de Expansão da Siderurgia, Programa Petroquímico, Implantação dos Corredores de Transportes, Programa de Construção Naval, Programa de Energia Elétrica, Programa de Comunicações, Programa de Mineração. E, de outro lado, pelo apoio maciço proporcionado a setores prioritários: Educação, em que o País vai aplicar, no período 1972/1974, cerca de Cr\$ 32 bilhões (preços constantes de 1972), ou seja, da ordem de US\$ 1,8 bilhão por ano; Agricultura-Abastecimento, a ser atendida por programas do Governo Federal no montante de Cr\$ 15,6 bilhões, e Saúde-Saneamento, com investimentos públicos de Cr\$ 15,2 bilhões, no mesmo período, a preços constantes.

Terceiro, a Nação está enfrentando os dois principais desafios à sua viabilidade econômico-social como grande potência, o Nordeste e a Amazônia, que saltaram para o primeiro plano das decisões, continuamente. A decisão nacional foi de não deixar as duas regiões como áreas de reserva, para quando estivesse consolidado economicamente o Centro-Sul, mas considerá-las integralmente no mercado nacional e na comunidade de aspirações e padrões de consumo que a integração física está criando. Apenas para exemplificar, talvez muitos não tenham notado que a garotinha de Marabá que entregou flores ao Presidente Médici, à beira da Transamazônica, trajava midi com botinhas.

Quarto, tornaram-se muito mais nítidos os contornos do *modelo social*, com a criação do instrumental para assegurar a participação das classes de menor renda nos resultados do crescimento econômico, promover o capitalismo do grande número e realizar a sociedade de oportunidades.

Para o período 1972/1974, as perspectivas de investimento e produção, nos setores público e privado, são no sentido de manter-se a excepcional vitalidade da economia. Nesse quadro, ao lado do esforço de continua desaceleração da inflação, alguns aspectos irão merecer particular atenção, para que se corporifique o que o PND denomina de *modelo brasileiro de desenvolvimento*.

Inicialmente, será necessário evitar que se acumulem desequilíbrios setoriais, principalmente no crescimento industrial. Nada há a estranhar em que ramos como o da indústria automobilística e de outros bens de consumo duráveis cresçam a taxas anuais superiores a 15%, por algum tempo. Isso, em si, não constitui evidência de que o crescimento se esteja destinando a categorias de renda alta: a realidade de nossa época é que, para a nova geração e para a mentalidade moderna, em geral, tais bens são procurados preferencialmente, também pela classe média. Os valores sociais e padrões de consumo mudaram, efetivamente. Haverá distorção se a política econômica, artificialmente, passar a atender abusivamente o setor, pelo crédito à produção e ao consumo, ou pelo incentivo ao superinvestimento. Mas ainda que tais distorções se evitem, o crescimento altamente dinâmico de tais ramos continuará a manifestar-se.

O que, por outro lado, deve ser feito é proporcionar aos setores chamados tradicionais — têxteis, calçados, indústrias alimentícias — os instrumentos para sua modernização e para a conquista, inclusive, de mercados externos, assim como o financiamento ao consumidor. E não há dúvida de que o FMRI, no BNDE, e os incentivos fiscais a fusões atendem a esse propósito.

Em segundo lugar, face às necessidades de importações para um crescimento de 9%, a estratégia de exportações será o elemento crucial, na área externa.

Ficou demonstrado o acerto da política brasileira de, ao mesmo tempo em que se procura elevar a participação das exportações do país no comércio mundial, realizar a diversificação da pauta e de mercados. No primeiro aspecto, dependendo dos resultados finais deste ano, talvez se possa cogitar de uma exportação de manufaturados, em 1972, da ordem de US\$ 750 a US\$ 800 milhões (inclusive semimanufaturados, em sentido amplo), o que significa disputar a posição do café. Também competindo com o café estará a categoria "Minérios/Produtos Agrícolas Não Tradicionais", dentro de três ou quatro anos.

A base interna para o acesso a mercados externos já é sólida, principalmente no tocante ao sistema de incentivos fiscais e financeiros. O próximo estágio deve preocupar-se principalmente com a *infra-estrutura no exterior*. Para isso, será preciso procurar novos instrumentos e novos caminhos: a criação de "trade companies", sob controle privado, como estruturas especializadas capazes de atender às exigências do completo "marketing" em países industriais; a maior presença de bancos brasileiros no exterior, sob controle da Autoridade Monetária; a montagem da rede comercial no exterior (pesquisa de mercado, sistema de informação de mercado, representação de empresas, rede de entrepostos); a realização de contratos de exportação de longo prazo, inclusive para produtos agrícolas não tradicionais; a associação a empresas de países desenvolvidos que

já disponham de mecanismos de comercialização de âmbito internacional, para colocação de produtos brasileiros nos Estados Unidos, Europa, Japão.

Em terceiro lugar, é prioritária a implementação das grandes decisões do Presidente Médici — os chamados “projeto de impacto” —, notadamente o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Proterra. Na reunião ministerial do dia 27 último, o Presidente definiu a orientação através da qual a Transamazônica será o instrumento, por excelência, de integração do mundo amazônico na sociedade brasileira, e não apenas um programa rodoviário de proporções gigantescas. A destinação dos recursos dos dois programas, no montante de cerca de Cr\$ 1.600 milhões em 1972, será realizada próximamente.

Em quarto lugar, o problema da participação do setor público na economia. Tem-se argüido de extremamente elevada a carga tributária no Brasil, por comparar-se à de muitos países desenvolvidos. Não sei se chegaremos a qualquer conclusão por esse caminho.

A carga tributária *bruta* no Brasil (ou seja, a participação, no PIB, da receita da União, Estados e Municípios, compreendendo administração direta e autarquias) anda na casa dos 28 a 29%. Isso é, realmente, comparável com os níveis da Europa e Estados Unidos.

Acontece que o Governo, no Brasil, através de autarquias como o DNER e o BNH, e de outros órgãos públicos, responsabiliza-se pelo programa rodoviário, financia o sistema de habitação, responde por 90% do sistema educacional e exerce muitas outras funções que não são do setor público, em países desenvolvidos. Isto significa que, com uma carga tributária do mesmo nível, o setor público no Brasil responde por atribuições muito mais amplas, por decisão da sociedade brasileira. Como estariam o programa de habitação e o de educação, se não houvesse aquela presença mais intensa da área governamental?

Assim é que, se considerarmos a carga tributária *liquida* — ou seja, se excluirmos as transferências que o Governo faz para consumidores e para empresas, pelo INPS e inúmeros fundos, peculiares ao caso brasileiro —, essa é, no Brasil, *da ordem* de 17 a 18%. Sobre esta parcela é que o Governo usa o poder de gastar, nas funções básicas que desempenha, à semelhança dos demais países; e tal nível não é excessivo, em nenhuma comparação internacional.

Evidentemente, longe de nós a idéia de que o Governo não pode aumentar consideravelmente a sua eficiência. Apenas, é preciso cuidado com o uso de indicadores quantitativos do tipo citado.

Por outro lado, a partir de 1967, evitou-se a elevação de alíquotas de impostos. E está bem clara a definição do PND, de “vedação de

aumento de impostos" e de "continuação da política de alívio progressivo da pressão tributária". Mais importante ainda, o Governo tem obedecido rigorosamente à orientação de não entrar em qualquer setor, principalmente nas áreas diretamente produtivas, que possa ser atendido pela iniciativa privada.

Em quinto lugar, está o problema da dimensão social do desenvolvimento.

Antes de tudo, convém desfazer mal-entendidos. Algumas interpretações têm usado, enfaticamente, informações do Censo de 1970 relativas à incidência do salário mínimo e à distribuição de salários por classes para raciocínios do tipo: existe crescimento, mas não em benefício do trabalhador; ou: enquanto a economia progride, agrava-se o problema social.

Os dados do Censo são válidos e retratam uma realidade. Pobre do país que não souber reconhecer a sua verdade. Mas o que não é válido é inferir, fora do contexto no tempo e no espaço, que (1) a situação social no Brasil é desfavorável, no quadro internacional; e (2) a situação tende a piorar, ou a não melhorar.

Alguns exemplos. A expectativa de vida média da população, que era de 52 anos em 1960, passou a 59 anos em 1970. E, mesmo com certo arrefecimento da redução da mortalidade, deverá estar nos 65 a 66 anos no fim da década.

A taxa de alfabetização passou de 61% em 1960 para 67% em 1970. E estará na ordem de 97% no fim da década, através dos programas existentes, significando a virtual eliminação do analfabetismo no Brasil.

No período 1964/1970 (para um acréscimo populacional inferior a 20%), as matrículas aumentaram de 45% no ensino primário, 140% no médio e 220% no superior. E continuarão crescendo nesse ritmo, permitindo esperar uma taxa de escolarização próxima a 95%, no ensino de 1.º grau, até o final da década.

É óbvio que muitos indicadores econômicos e sociais ainda apresentam amplos contingentes da população fora da sociedade de consumo. Mas isso de um lado, se assemelha ao quadro de nações latino-americanas de mais alta renda — como a Argentina e o México. E, de outro lado, representa o resultado de três a quatro séculos de subdesenvolvimento, que não pode ser superado em alguns anos, sem embargo de substancial melhoria de muitos daqueles indicadores, na fase recente.

A integração social, no período do PND, é objetivada através pelo menos dos seguintes instrumentos:

1) Os salários, que aumentarão, *em termos reais*, na proporção dos aumentos de produtividade. Aquilo que, nos países indus-

trials, constitui a razão de ser dos sindicatos — ou seja, transferir para o salário o aumento de produtividade —, aqui é garantido de forma virtualmente automática, por lei.

2) Os programas sociais, poderosos redistribuidores de renda: Educação, Habitação, Previdência, Saúde-Saneamento. Para citar um dado pouco conhecido: os dispêndios com benefícios e assistência médica da previdência aumentaram, a preços constantes, de Cr\$ 3.300 em 1963 para Cr\$ 9.950 milhões, em 1970. Ou seja, triplicaram em valor real, sem aumento de contribuição.

3. Os novos mecanismos de suplementação do patrimônio familiar, o PIS e PASEP, que no período 1972/1974 já irão contar com recursos novos no montante de Cr\$ 5.730 milhões.

4) A transferência de parte dos ganhos de produtividade para o consumidor, em produtos agrícolas e industriais com alto crescimento de produção, mediante reajustamento de preço inferior à taxa de inflação.

5) A abertura do capital das empresas, em escala substancial, para criar o capitalismo do grande número. Isso evitará, por outro lado, que a tendência à concentração de empresas, em certos setores, através de fusões, signifique tendência à concentração de renda.

É por essa razão que convém repetir: o Brasil sabe o que fazer com o crescimento econômico. O grande inimigo da boa distribuição de renda e do bem-estar social é a pobreza. Dobrar a renda *per capita* entre 1969 e 1980 significará que, mesmo sem melhoria da distribuição de renda, cada brasileiro terá dobrado o seu padrão de consumo, no período. Mas isso não é suficiente, como objetivo de Governo. Pelos instrumentos referidos, e através de novos mecanismos que o compromisso da Revolução com as transformações fecundas permitirá estabelecer, o que se pretende alcançar é a melhoria dramática de todos os indicadores de bem-estar, no caminho para a sociedade desenvolvida, realizando a revolução social e humana que dá sentido à revolução material do crescimento.